



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 729/94

Estabelece Diretrizes Gerais Para Elaboração do Orçamento do Município Para o Exercício de 1995 e Dá Outras Providências.

A Câmara Municipal de Lajinha-MG., por seus vereadores, Aprovou, e eu, em seu nome, face a sanção tácita do Sr. Prefeito, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o Exercício de 1995, será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica

E da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 no que for a ela pertinente.

Art. 2º - As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em Lei e as parcelas transferidas pela União e pelo estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - As receitas de impostos e taxas terão por base os valores do Orçamento de 1994, corrigidos monetariamente pelos índices de inflação verificados até o final do primeiro semestre deste exercício e projetados para os dezoito meses subsequentes, levando-se em conta:

- I – a expansão do numero de contribuintes;
- II – a atualização do cadastro técnico do município.

§ 2º - Os valores da parcela transferida pelos governos Federal e Estadual serão fornecidos por Órgão competente de Governo do Estado, até o dia 15 de agosto de 1994.

§ 3º - As parcelas transferidas mencionadas no parágrafo anterior, são as constantes dos artigos 158 e 159, item I, letra b e item II do § 3º da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

unidades orçamentárias, destinando-se parcelas ainda que pequena, a despesa de capital.

§ Único - O Poder Legislativo encaminhará até o dia 1º de agosto, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos, de modo a justificar o seu montante.

Art. 4º - Destinar-se-á a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcela de receita resultante de impostos não inferior a 25%(vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

§ 1º - As parcelas transferidas pelas esferas de governos mencionados no artigo, são as referidas no artigo 2º e 3º desta Lei.

§ 2º - Serão destinados também, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, 25%(vinte e cinco por cento) de parcelas transferidas pelos governos da União e do Estado, provenientes da cobrança de dívida ativa de impostos e seus acessórios.

Art. 5º - Até a promulgação da Lei Complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal, o Município não dispensará com pagamento de pessoal e seus acessórios, parcela de recurso superior a 65%(sessenta e cinco por cento) do valor de receita corrente consignada na Lei de Orçamento.

§ Único - a despesa com pessoal referida no artigo abrangerá:

I – o pagamento do pessoal do Poder Legislativo, inclusive o dos agentes políticos;

II – o pagamento do pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos aposentados e pensionistas e do pessoal ocupado na manutenção e no desenvolvimento do ensino a que se refere o artigo 4º desta Lei.

Art. 6º - As despesas com pessoal, referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com percentual da receita corrente, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 7º - A abertura de créditos suplementares ao Orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de previa autorização legislativa.

§ 1º - Os recursos referidos no artigo são os provenientes de:

I – Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

- II – Os provenientes de excesso de arrecadação;
- III – Os provenientes de anulação parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos extraordinários autorizado em Lei;
- IV – O produto de operações de credito autorizados em Lei de forma que, juridicamente, possibilite ao Poder Executivo realiza-las.

§ 2º - O aproveitamento dos recursos originários do excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, dependera de fiel observância dos termos do parágrafo 3º do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art. 8º - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de credito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcelas de 25%(vinte e cinco por cento), a manutenção e ao desenvolvimento do ensino proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 9º - Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal, conforme necessidades e levantamentos feitos pelo Departamento Municipal de Educação, será fornecido e assistidos com material didáticos escolar, suplementação alimentar e assistência à saúde.

§ 1º - O fornecimento contido no artigo não exonera o município da obrigação de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual e de ensino, por meios de convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - A despesa com suplementação alimentar e assistência à saúde poderá ser computada para satisfazer o artigo 212 da Constituição Federal, nos termos da instrução normativa nº 02/91 de 14 de fevereiro de 1991, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 10º - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para atendimento pela rede particular de ensino, dentro das disponibilidades financeiras para o 1º e 2º graus.

Art. 11 - A manutenção de bolsas de estudo e condicionados ao aproveitamento mínimo do aluno, estabelecido em Lei.

Art. 12 - Não serão concedidas subvenções sociais a entidades que não sejam reconhecidas como de utilidade pública e/ou dedicada ao ensino e/ou à saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ Único - Só se beneficiarão de concessões de subvenções sociais as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

Art. 13 - A Lei de Orçamento garantira recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental visando a melhoria de qualidade de vida da população.

Art. 14 - A Lei Orçamentária só contemplará dotação para início de obras, após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patrimoniais vincendas e dos débitos para com a previdência social decorrentes de obrigações em atraso.

Art. 15 - Só serão contraídas operações de crédito por antecipação de receitas, quando se configurar iminente falta de recursos que possam comprometer o pagamento da folha em tempo hábil.

§ 1º - A contratação de operações de crédito para fim específico somente concretizará se os recursos foram destinados a programa de excepcional interesse público, observados os limites estabelecidos nos artigos 165, § 8º e 167 III, da Constituição Federal.

§ 2º - Em qualquer dos casos a operação de créditos depende de previa autorização legislativa.

Art. 16 - As compras e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizados havendo disponibilidade orçamentária e precedida do respectivo processo licitatório, quando exigível nos termos da Lei nº 8666, de 21 de julho de 1992 e legislação posterior.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 18 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, aos trinta dias do mês de setembro do ano de mil Novecentos e noventa e quatro (30/09/1994)

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA